

**COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO-CTASP**

REQUERIMENTO N° 2013

(Da Sra. Dalva Figueiredo)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão, para debater com autoridades dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, da Advocacia Geral da União e ainda, com representantes sindicais e de associações, os assuntos referentes aos servidores públicos e aos policiais militares dos extintos Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão, em data a ser agendada, para debater os assuntos relativos aos servidores públicos e policiais militares dos extintos Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondonia e propor alternativas de solução das questões.

Os assuntos principais são:

- pagamento da GEAD para os professores;
- plano de saúde para os servidores e policiais militares;
- emissão da carteira de policial civil;

- progressão funcional para os professores;
- pagamento de despesas de exercícios anteriores;
- pagamento de benefícios como periculosidade, insalubridade, risco de vida para os policiais militares;
- situação dos servidores 992, processos judiciais- resultado do grupo de trabalho criado na AGU;
- Informações sobre a tramitação da PEC nº111/2011 e;
- outros assuntos pertinentes

Para este fim, proponho sejam convidadas as seguintes autoridades e representantes dos servidores:

Autoridades:

Senhora Ana Lucia Amorim de Brito, Secretária de Gestão Pública, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Senhor Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, Secretário de Relações do Trabalho no Serviço Público;

Senhor João Cândido de Arruda Falcão, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Fazenda;

Dra. Rosangela Silveira de Oliveira, Adjunta do Advogado Geral da União;

Senhora Maria Luiza Pires Picanço Cearense, Secretária de Estado de Administração do Amapá;

Senhora Simone Andrade Queiroz, Secretária de Estado de Gestão Estratégica e Administração de Roraima.

Representantes das Entidades Sindicais e Associações:

Senhor Marco Nunes - Presidente do Fórum Sindical, Parlamentar e de Entidades Sindicais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima;

Senhor Elias Rodrigues - Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Amapá – SINPOL/AP;

Senhor Cleobernaldo Leite - Representante do Sindicato dos Policiais Civis do Amapá;

Senhor Gilberto Rosas - Presidente do Sindicato dos SINDSEP de Roraima;

Senhora Socorro Modesto - Presidente da Associação dos Policiais Militares do Ex-Território do Amapá;

Senhora Maria Aparecida Rodrigues - Representante do SINDSEF/RO;

Tenente Raimundo Costa - Presidente da Associação dos Policiais Militares do ex-Território de Rondônia;

Professor Leslie Gantus - Representante do Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá-SINSEPEAP;

JUSTIFICATIVA

De longa data são conhecidos os problemas que enfrentam os servidores dos extintos Territórios do Amapá, de Rondônia e de Roraima. Apesar do recente reajuste de 15,8% concedido pelo governo, ainda há demandas pendentes de solução como é o caso do plano de saúde, do pagamento da GEAD para os Professores, o retorno do pagamento do Plano Collor, a emissão da carteira de policial civil, o pagamento de despesas de exercícios anteriores e outros tantos assuntos.

O tema principal do debate é o do plano de saúde que, mesmo com muitas reuniões, encaminhamento de documentos, discussões, o assunto continua sem decisão nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. E o direito ao convênio com operadoras de plano de saúde está previsto em lei. Visando assegurar o convênio médico para os policiais militares encaminhei expediente ao Ministério do Planejamento, propondo a regulamentação do benefício para a PM dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia e tanto os servidores civis, quanto os policiais militares continuam sem assistência médica.

Por isso, essa audiência pública se revela da maior importância, dado o objetivo de ouvir os servidores, as várias categorias e também, as autoridades dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e da Advocacia Geral da União, órgãos responsáveis pelas decisões administrativas e judiciais de interesses dos servidores dos extintos Territórios.

É preciso manter o foco nessas questões, procurando as vias de solução, para que os assuntos, que às vezes podem ter um desfecho simples, fiquem à margem das decisões governamentais, por falta de uma discussão de mérito, como é o caso da progressão funcional dos professores, que teve a aprovação do plano de carreira em 2008, com a Lei 11.784 e até o momento, não foi regulamentado o artigo 138, que trata da progressão funcional.

Sala das Comissões, 26 de março de 2013.

Dalva Figueiredo
Deputada Federal (PT/AP)